

A AGRICULTURA FAMILIAR E O USO DOS RECURSOS AMBIENTAIS NA FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO

heitor.kirsch@gmail.com

Apresentação Oral-Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

HEITOR MARCOS KIRSCH.

*UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, PONTES E LACERDA -
MT - BRASIL.*

A agricultura familiar e o uso dos recursos ambientais na fronteira oeste de Mato Grosso

Grupo de Pesquisa: Agropecuária, Meio ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

Resumo

Este trabalho pretende examinar a partir de evidências empíricas, a relação que frequentemente acaba por se estabelecer entre as configurações socioeconômicas de sistemas produtivos da agricultura familiar com os processos de degradação ambiental observados, sobretudo no uso predatório dos recursos naturais nos espaços rurais, desconsiderando-se as concepções e percepções que os agentes sociais atribuem ao ato produtivo e sua relação com o ambiente. O estudo abordado neste artigo é resultado de uma investigação baseada na experiência entre agricultores em unidades de produção familiar no âmbito do município de Pontes e Lacerda, localizado no Vale do Rio Guaporé, região sudoeste do estado de Mato Grosso e que está situada uma localidade de transição entre os biomas do pantanal mato-grossense, o cerrado e a floresta amazônica brasileira, e ainda junto a fronteira hidrológica das bacias do Prata e Amazônica, onde foram entrevistados 27 agricultores em áreas inferiores a 400 hectares.

Palavras-chaves: Agricultura familiar; Recursos ambientais; Degradação ambiental.

Abstract

The aim of this paper is to examine, from some empirical evidences, the relation that is often established between the socio-economic configurations of productive systems of family farming and the processes of environmental degradation observed, chiefly, in the predatory use of natural resources in rural areas, without considering the conceptions and perceptions that social agents attribute to the productive act and its relation to the

environment. The study we present in this article is the result of a research based on the experience among farmers in family farming unities from the county of Pontes e Lacerda, located in the valley of the Guaporé river, in the southwestern part of the state of Mato Grosso, a point of transition between the biomes of Pantanal Matogrossense, the Cerrado and the Brazilian Amazon rainforest, and close to the hydrological frontier of the Prata and Amazon basins, where 27 farmers, from lands inferior to 400 hectares, were interviewed.

Key Words: Family farming; Environmental resources; Environmental degradation.

1. INTRODUÇÃO

O desafio em se propor um trabalho que tomam as questões do rural e do ambiental como seus eixos centrais, expõe uma série de limitações no concernente à forma mais adequada de articulação entre os mais diferentes aspectos que constituem estas temáticas tão complexas. A questão que invariavelmente acaba por ser colocada é, afinal de contas, quais aspectos devem ser privilegiados quando se pretende propor ações institucionais ou mesmo investigar processos tão específicos e dinâmicos?

Em relação ao rural, notadamente os aspectos como a sua paisagem física, bem como as dinâmicas econômicas, sociais, produtivas e ambientais, são usualmente os que acabam sendo considerados, no entanto, constantemente de forma desconexa e/ou privilegiando uma de suas dimensões em detrimento as outras.

As relações de trabalho que se configuram nestes espaços, o papel das inovações tecnológicas e da pesquisa acadêmica, as interações entre o urbano-rural, as trajetórias histórico-culturais destes territórios e seus integrantes, constituem simplesmente alguns dos aspectos que careceriam constituir as abordagens a serem trabalhadas.

A promoção do desenvolvimento nos espaços rurais reflete os limites das abordagens clássicas geralmente adotadas para tal intento, que habitualmente se confundem no próprio entendimento conceitual desta noção (Navarro, 2001). Alguns de seus desdobramentos e que são cada vez mais latentes, são a contínua e constante aceleração dos processos de degradação ambiental e o esgotamento econômico de um modelo de agricultura sustentado no aumento da produção e produtividade através da busca contínua de inovações tecnológicas e uso intensivo de fertilizantes químicos.

Algumas análises mais detalhadas dos programas e projetos direcionados à promoção do desenvolvimento rural, têm identificado uma relação estreita entre a ineficácia destas ações e a inexistência de um prévio estudo e conhecimento aprofundado das realidades locais e regionais a quem estas se destinam.

O fato de haver numa mesma localidade uma diversidade de sistemas produtivos se inter-relacionando e ainda, o fato de que nem todos os agentes trabalhem com uma lógica produtiva similar, acaba direcionando para respostas diferentes as políticas e projetos implementados, na medida em que não foram considerados a partir das interpenetrações com os demais fatores que influenciam esta realidade.

Assim, o planejamento de ações e sua conseqüente aplicação ao meio rural, devem procurar abordagens que superem aspectos paternalistas e baseados apenas no repasse de novas tecnologias, ainda bastante presentes em uma considerável proporção destes.

A tomada de decisão a respeito de políticas públicas exige um embasamento num diagnóstico social, ambiental e econômico para que as demandas a serem consideradas proporcionem a formação de sistemas sustentáveis. Somente desta forma, é possível buscar alternativas que superem este formato, contribuindo para a transformação e a assimilação de novas concepções e abordagens para o desenvolvimento rural.

Isto implica também em identificar formas alternativas de interação com os atores e agentes existentes no espaço social, assim como a necessidade da dimensão ambiental ser colocada igualmente no palco juntos às demais.

Certamente para que as propostas de desenvolvimento se tornem exequíveis é fundamental a identificação das condições de vivência que possibilitem a melhoria da qualidade de vida desta população rural e que estas determinem um desenvolvimento que garanta a sustentabilidade deste território.

A institucionalização da problemática ambiental, que insere a temática da utilização dos recursos naturais não é uma questão pacífica. Ela suscita uma arena de disputa política pela definição do significado de desenvolvimento, que projeta as disputas de visões de mundo e os diversos interesses dos atores nela inseridos. Desta forma, ela “[...] não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética [...] nunca pode ser encontrada em estado puro” (VEIGA, 2006, p. 165).

O conjunto de fatores limitadores da possibilidade em se situar uma unidade nas discussões que adotam o meio ambiente enquanto categoria de análise, está diretamente conexa com o “[...] caráter polissêmico do próprio termo; dificuldades próprias de um enfoque científico sobre o meio ambiente; multiplicidade de preocupações que se reagrupam na sensibilidade com o meio ambiente” (JOLLIVET & PAVÉ, 1996, p. 5).

Portanto, as dificuldades em sua conceituação ou mesmo impossibilidade a ela atribuída por alguns teóricos enquanto categoria analítica, acaba aflorando porque há o pressuposto de que subjacente às relações dos indivíduos para com o espaço socialmente produzido, estão às representações sociais daquilo que estes entendem, percebem e delimitam como pertencente ao meio ambiente e a dimensão ambiental socialmente definido.

O desenvolvimento destes espaços territoriais, sobretudo os localizados em ambientes rurais, têm se tornado objeto de investigação acadêmica da área do desenvolvimento rural e da agricultura apenas recentemente. Uma dos maiores desafios, independentemente da filiação teórica, continua sendo o de desenvolvimento de um instrumental teórico-metodológico que abarque a compreensão das mudanças ocorridas e que continuem ocorrendo no mundo rural, de maneira a não fragmentar a compreensão da realidade destes espaços.

No centro das preocupações que tomam a análise do processo de mudança rural, encontra-se uma perspectiva territorial (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004) e multidimensional do desenvolvimento rural, procurando superar a visão setorial de desenvolvimento agrícola.

Neste sentido, o conjunto de evidências empíricas que serão tematizados ao longo deste trabalho, é resultado da observação de investigação realizado junto a agricultores familiares no município de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso e tem como finalidade fornecer pistas sobre as características e a dinâmica social, produtiva e de vivência destes e a sua relação com a utilização dos recursos ambientais disponíveis.

Para tanto, este trabalho se organiza metodologicamente com uma caracterização do local onde a investigação foi realizada em seus aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos. Esta abordagem tem a intenção em criar um quadro referencial da realidade sobre estes aspectos ao leitor, sobretudo no momento da análise das evidências empíricas resultantes da pesquisa dos agricultores familiares neste contexto.

Em seguida é apresentada a metodologia utilizada na investigação nas diferentes etapas para na seqüência seja apresentada a descrição dos dados, a avaliação das generalizações possíveis contidas a partir destas informações e as considerações finais que constituem a última seção do trabalho.

2. CARACTERIZAÇÃO DA LOCALIDADE DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

A localidade onde hoje está situado o município de Pontes e Lacerda era predominantemente habitada pelos índios Tupi-Guarani da tribo Nambikwara. Estes sofreram uma contínua diminuição em seu contingente populacional a partir das incursões das bandeiras paulistas e do ciclo aurífero entre os séculos XVII e XIX, até serem estabelecidos na reserva da Terra Indígena do Sararé em 1985. Atualmente estão restritos a poucas dezenas de indivíduos.

A ocupação da localidade, no entanto remete ao início do século XX, com a construção em 1906 do Posto Telegráfico pela Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, também conhecida como Comissão Rondon. A referida estação telegráfica que foi erguida às margens do rio Guaporé, tinha como objetivo possibilitar o estabelecimento de um mecanismo de comunicação para ligar as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade a Cáceres e desta à capital do estado.

No entanto, apenas em 1962 ocorre o início da construção de uma estrada ligando estas duas localidades. Com a conclusão do eixo rodoviário dois anos após seu início, o cozinheiro do acampamento da obra decide permanecer no lugar onde este fora montado, abrindo um pequeno comércio à margem da rodovia, onde hoje se localiza a principal avenida de Pontes e Lacerda. Em torno deste, aglomeraram-se residências e outros pequenos estabelecimentos comerciais buscando atender aos usuários da nova rodovia e dos novos moradores das áreas rurais que começavam a se estabelecer (SILVA; FERREIRA, 1994).

Este é um período, sobretudo a partir da década de 1970, que a ocupação ou colonização passa a ser compreendida pelo governo federal num sentido que “[...] as terras que se situavam em Mato Grosso e Amazônia era vistas como ‘espaços vazios’, inabitados, sendo necessário abrir a fronteira.” (SIQUEIRA, 2002, p. 235).

No entanto uma característica nesta localidade é que ao longo deste período, a ação estatal através do Incra, ocorreu com a implantação de projetos de assentamento numa perspectiva de regularização de ações preexistentes promovendo a regularização fundiária em localidades de ocupação espontânea ou posse. Um destes exemplos está na implantação do denominado PAR – Projeto de Assentamento Rápido na localidade que “[...] tinha como objetivo a rápida eliminação dos focos de tensão social nessas áreas.” (MORENO; HIGA, 2005, p. 62).

Com a abertura da rodovia ligando Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO), no final da década de 1960, começa a haver uma perceptível diferenciação em termos de trajetória de desenvolvimento social e econômico das diferentes localidades inclusive no oeste do estado. Este movimento acentuou-se nesta porção do estado a partir de 1981, motivado pelo deslocamento do trajeto original da citada rodovia, que não mais seguiu margeando o Planalto Central, mas a fronteira com a Bolívia, atravessando toda a microrregião do Alto Guaporé, aumentando o afluxo migratório em direção a esta faixa do estado.

Em 1976 o aglomerado populacional de Pontes e Lacerda é elevado à categoria de distrito pertencente ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, para que em 1979, fosse criado o município com território desmembrado deste último. A sua instalação oficial, no entanto ocorreu somente em janeiro de 1981, ocasião em que o primeiro prefeito nomeado tomou posse.

A nova rota e a pavimentação da rodovia eram propostas integrantes do Programa Polonoroeste. O convênio deste programa estabelecido entre o Governo Brasileiro e Banco Mundial tinha como objetivo formal promover o desenvolvimento e ocupação da região oeste do estado de Mato Grosso e do estado de Rondônia e sua execução prevista para o período de 1981/1985. Oficialmente consistiam como seus principais objetivos: contribuir para a maior integração nacional; promover a adequada ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego; aumentar a produção da região e a renda de sua população; reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais; assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas. (FERREIRA, 1989).

Muito embora houvesse a intenção estratégica em manter os migrantes longe das áreas que eram consideradas ecologicamente frágeis ou ainda ocupadas por indígenas, isso não ocorreu ao longo de sua execução. Moreno e Higa (2005, p. 214) avaliam que o Programa “[...] enfatizou a execução de obras de infra-estrutura como abertura de estradas para o assentamento dos colonos, sem que se atentasse para os problemas ambientais gerados.”

2.1 Aspectos geográficos:

A localidade de Pontes e Lacerda está essencialmente situada em um região de fronteiras, o que lhe confere uma situação singular em termos de importância investigativa.

Posicionada geograficamente na Mesorregião do Sudoeste Mato-grossense e Microrregião do Alto Guaporé, possui uma extensão territorial de 8.423 Km² (IBGE, 2008). Seus limites territoriais com as cidades de Conquista D’Oeste ao norte, Vila Bela da Santíssima Trindade ao sul e oeste, Porto Espiridião ao sul e leste e ainda com o Vale de São Domingos ao norte e leste, a localizam às margens da Rodovia BR-174 e a cerca de 450 Km da capital do estado e já bastante próxima ao país vizinho da Bolívia e do estado de Rondônia, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

O clima predominante é o tropical úmido, com uma precipitação média anual próxima de 1.500 mm. Com uma altitude média de 254 metros acima do nível do mar, o seu quadro geomorfológico é composto pelas planícies e pantanais do Médio e Alto Guaporé, e pela denominada Depressão do Guaporé. Estas formações compõem o chamado Vale do Guaporé, cujo rio que lhe dá o nome e atravessa o perímetro urbano do município.

As planícies de pantanais do Médio e Alto Guaporé limitam-se a norte e leste pelos terrenos mais elevados da denominada Depressão do Guaporé, que



Figura 1 - Mapa da localização da área do estudo em Mato Grosso
Fonte: Modificado pelo autor a partir de Abreu (2006).

bordeja as escarpas ocidentais do Planalto dos Parecis que se configuram como sendo uma “superfície rebaixada, aplanada e conservada, entre altitudes de 200 a 250 metros acima do nível do mar, com predomínio de formas de relevo de topos levemente convexos, a partir do qual emergem relevos residuais” (MORENO, 2005, p. 221).

São constituídos por sedimentos quaternários da Formação Guaporé com areias, siltes e sedimentos areno-argilosos parcialmente laterizados.

Localizada em uma área de transição entre a floresta amazônica, o pantanal e o cerrado, a formação vegetal típica do município é constituída em grande parte por florestas estacionais semidecíduais e pelas pastagens nativas de cerrado, com a predominância de solos dos tipos latossolo e o polizólico.

2.2 Aspectos socioeconômicos

O município contava com uma população residente em 2007 de 37.910 habitantes segundo a recente Contagem de População e com uma distribuição de 67,60% residindo no perímetro urbano e 32,40% no perímetro rural segundo o censo demográfico realizado em 2000. Neste local onde se constatava uma concentração de 17,69% da população do município pertencentes ao sexo masculino e apenas 14,71% do sexo feminino, o que caracteriza ainda uma distribuição relativamente desproporcional em termos de gênero neste espaço físico, muito embora a diferença em termos proporcionais tenha apresentado uma dinâmica de decréscimo ao longo do período que se estende entre 1980 a 1991 e certa estabilidade no último período.

Tabela 1 – Percentual de população residente por sexo, no espaço rural no município de Pontes e Lacerda (MT) – 1980 – 2000.

Sexo	Ano		
	1980	1991	2000
Homens	27,94	19,81	17,69
Mulheres	21,04	17,22	14,71
Total	48,98	37,03	32,40

Fonte: IBGE, 2009.

Uma outra dinâmica que é significativa, é o processo de urbanização da população ao longo das últimas décadas no município. No início da década de 1980 a população rural representava quase a metade de sua população, índice que não chega a alcançar um terço vinte anos depois, como pode ser verificado na mesma tabela acima. Isso, no entanto não significa que tenha havido um movimento de transferência populacional do espaço rural ao urbano no município, na medida em que as mesmas pesquisas apontam para uma duplicação no número de habitantes absolutos no espaço rural no mesmo período. O que houve foi um movimento migratório de outras localidades ao espaço urbano do município, na medida em que houve um aumento em cerca de quatro vezes em seu total absoluto.

A principal atividade e fonte econômica do município estão centradas na pecuária. No ano de 2007 contava com um rebanho bovino da ordem de 553.688 cabeças (IBGE, 2008), havendo, entretanto, apenas 20.700 vacas ordenhadas e que produziram 26.075.000 litros/ano (IBGE, 2008).

Entre as lavouras permanentes, naquele mesmo ano, a produção de borracha em forma de látex coagulado alcançou 1.683 toneladas em uma área plantada de 2.070 hectares. No mesmo ano ainda, entre as lavouras temporárias com produção significativa, o arroz teve uma área plantada de 800 hectares e uma produção de 2.400 toneladas, o feijão com 250 hectares de área colhida, com 100 toneladas, a mandioca com 230 hectares de área plantada e uma produção de 2.990 toneladas e o milho com 10.800 toneladas em uma área de 4.000 hectares e a soja com uma área de 3.700 hectares e uma produção de 11.100 toneladas, são os cultivos mais relevantes no município.

Estas atividades econômicas, no entanto, não geravam uma renda efetiva à população que residia no meio rural do município, cuja participação não chegava a um terço do total do município, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição em classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio rural no município de Pontes e Lacerda – MT (2000).

Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio	%
Total	31,72
Até 1/4 de salário mínimo	0,06
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	0,37
Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo	0,94
Mais de 3/4 a 1 salário mínimo	4,51
Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos	1,03
Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos	3,95
Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos	7,70
Mais de 2 a 3 salários mínimos	4,63
Mais de 3 a 5 salários mínimos	3,23
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1,84
Mais de 10 a 15 salários mínimos	0,39
Mais de 15 a 20 salários mínimos	0,27
Mais de 20 a 30 salários mínimos	0,10
Mais de 30 salários mínimos	0,23
Sem rendimento	2,48

Notas: 1 - Dados do Universo; 2 - Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00; 3 - A categoria **sem rendimento** inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Fonte: IBGE, 2009.

Havia uma significativa concentração nos rendimentos das pessoas que não superava aos 5 salários mínimos mensais. Apenas 2,83% da população total do município domiciliada no espaço rural superava esta condição.

Estas informações se analisadas isoladamente, certamente podem remeter à uma vinculação na relação entre a pobreza rural e degradação ambiental tal indica Relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Assim, problemas ambientais são somente concebidos como “[...] defeitos na alocação de recursos que poderiam ser corrigidos por meio de taxações específicas.” (VEIGA, 2006, p. 196-197).

Waquil *et al.* (2004) apontam que, sobretudo a partir deste relatório, há o estabelecimento equivocado de um círculo vicioso entre processos de degradação ambiental e pobreza rural enquanto elementos determinantes de um sobre o outro.

Tal como demonstraram estes últimos em suas evidências empíricas, esta relação igualmente parece ser não apropriada ao estudo apresentado a seguir neste trabalho.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

Para a identificação de uma evidência empírica visando responder aos objetivos de uma investigação, é preciso a utilização de métodos e técnicas que possibilitem esta finalidade, e que irão depender do enfoque teórico proposto pelo investigador. Assim, o uso cotidiano da noção de metodologia surge quase sempre como vinculada com a dos métodos, muito embora não sejam sinônimos um do outro. Segundo Sautu *et al.* (2005, p. 38), a metodologia está diretamente relacionada com uma lógica interna da investigação que está se propondo, enquanto que os “[...] *métodos tienen como meta la creación o el desarrollo de conocimiento y no solamente su verificación.*”. Na concepção da mesma autora ainda, os diferentes paradigmas que orientam as pesquisas no campo das ciências sociais direcionam o modo de compreender e abordar os seus problemas.

Para Gil (1994), as abordagens metodológicas mais frequentes na área das ciências sociais são a experimental, a observacional, a comparativa, clínica e a estatística, muito embora reconheça que há uma variedade de classificações bem mais abrangente em outros autores. Normalmente, segundo ele, é comum se observar à combinação de dois ou mais destes métodos, sendo que cada um destes pode ser utilizado para os propósitos de estudo exploratório, descritivo ou explicativo.

Sautu *et al.* (2005), por sua vez, apontam que há uma estreita relação entre os métodos de investigação e as técnicas de produção dos dados com a metodologia utilizada na investigação, muito embora isso não signifique que não possa haver variações.

Assim, para compreender a caracterização das trajetórias da constituição do sistema produtivo e de seus agentes na área de estudo, foram utilizados a bibliográfica e documentos históricos existentes que tratam da ocupação da referidas localidade, consistindo assim, numa reconstrução histórica, ainda que subjetiva e parcial. Portanto, esta etapa da pesquisa de campo consistiu na coleta de materiais bibliográficos, tais como publicações, relatórios e arquivos digitalizados.

Num segundo momento da pesquisa foi utilizado um levantamento por amostragem. Este tipo de técnica de pesquisa se caracteriza “[...] pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.” (GIL, 1994, p. 76). A opção por este tipo de pesquisa é basicamente pelas vantagens de conferir um conhecimento direto da realidade e ser indicado para estudos de opinião e atitudes, ainda segundo o mesmo autor.

3.1 A seleção da amostra, técnicas e instrumentos de pesquisa.

Esta fase consistiu na aplicação de um questionário junto aos agricultores, que tinha como uma de suas características o fato de possuir perguntas abertas e fechadas. Cabe atentar para o fato de que a execução deste instrumento foi efetivada diretamente

pelo proponente da pesquisa, possibilitando assim um controle maior na coleta dos dados e direcionado aos objetivos propostos a este trabalho.

Muito embora a definição da exatidão do número de entrevistas que deveriam ser efetuadas não se constituía uma das prioridades em se tratando de pesquisa desta natureza, para a seleção da amostragem do estudo e sua quantidade foram considerados inicialmente os seguintes critérios:

- Que houvesse uma quantidade mínima de 20 (vinte) entrevistas e que ainda atingisse um índice não inferior a 10% (dez por cento) do universo da pesquisa para cada assentamento rural, para garantir a sua representatividade estatística;
- Que os entrevistados tivessem no mínimo 10 (dez) anos de residência na localidade do respectivo estudo, objetivando-se assim alcançar a dimensão temporal para a análise das questões direcionadas à temática ambiental.

Buscou investigar os agricultores que se caracterizavam por se situarem em áreas rurais que normativamente são definidos como sendo de minifúndio e pequenas propriedades rurais, compreendidos aqui a partir da Lei Federal nº 8.629/93 (BRASIL, 1993) define a pequena propriedade como sendo aquele imóvel rural que compreende uma área entre um e quatro módulos fiscais. Já o minifúndio pode ser caracterizado como sendo o imóvel rural cuja dimensão é inferior ao tamanho de um módulo fiscal fixado para o município ou região. Formalmente, o módulo fiscal equivale à área de uma propriedade familiar, que gere condições de sua manutenção econômica, variável não somente de região para região, como também de acordo com o modo de sua exploração predominante. Para a área em questão nesta pesquisa, o seu tamanho estabelecido é o equivalente a cem hectares e, portanto, em termos mais objetivos, a pesquisa centrou-se em unidades produtivas de até 400 hectares.

A opção por situar as entrevistas deste grupo em áreas de assentamento rural foi motivada pela intenção em focar a pesquisa entre os agricultores com maior tempo de residência na localidade. Assim, inicialmente foi realizado um levantamento de todos os assentamentos rurais criados e registrados pelo Incra no município, que compreendeu o período de 1982, ano da emancipação política do município, até 1996. Entretanto, o registro do primeiro assentamento, ocorreu somente em 1986 e ao longo do citado período, foram formalmente criados nove projetos e que deveriam beneficiar 1.854 famílias.

A partir desta informação foi constatado que para atender aos dois critérios iniciais poderia haver potencialmente um universo de pesquisa de 186 entrevistas. Muito embora sabendo que seria uma condição ideal realizar este número de abordagens, e que traria informações extremamente enriquecedoras à investigação, houve a necessidade de uma seleção entre estes assentamentos com o objetivo de tornar exequível o andamento da pesquisa, dado a limitação de tempo para conclusão do trabalho de campo e suas limitações estruturais.

Os critérios utilizados foram os de ordem cronológica de criação e de localização no perímetro de Pontes e Lacerda e desta forma foram selecionados para a pesquisa de campo os assentamentos rurais denominados de 1500 Alqueires, Coronel Ari e Córrego da Onça, que totalizaram um universo potencial de 36 entrevistas necessárias.

Para a pesquisa de campo no entanto, foram tomados como base os levantamentos nominais mais recentes realizados pelo Incra, constando que o número de famílias que inicialmente deveriam ser beneficiadas não mais correspondem ao mesmo montante. Chegou-se à construção de uma relação nominal para cada uma destas

localidades, que apontou 58 nomes no assentamento 1500 Alqueires, 127 em Coronel Ari e, finalmente, 85 no Córrego da Onça, totalizando assim 270 unidades produtivas. Assim, aplicada uma amostragem de 10% (dez) por cento, conforme critério inicial, totalizou 27 entrevistas necessárias para a pesquisa em Pontes e Lacerda.

Na construção destas relações nominais, ficou igualmente evidente uma heterogeneidade de tamanhos de lotes. Havia variações bastante significativas nas três áreas de assentamento. Foi necessária a estratificação da amostragem em cinco grupos, tomando como critério o tamanho das propriedades. O primeiro compreendeu aqueles com área inferior a 25 hectares, um segundo entre os 25 e inferiores a 50 hectares, o terceiro intervalo abrangeu os de 50 e inferiores a 75, enquanto o quarto grupo foi composto por lotes variando entre 75 e inferiores a 100 hectares e finalmente o último com áreas superiores a esta última medida.

Com este procedimento foi possível verificar uma distribuição não homogênea quanto à predominância do tamanho das unidades produtivas, na medida em que quase 71% daquelas com dimensões menores de 25 hectares se localizam no Córrego da Onça, enquanto no outro extremo, aquelas acima de 100 hectares se localizam exclusivamente no Coronel Ari.

Assim, a definição das localidades da realização das 27 entrevistas obedeceram a um critério de proporcionalidade para a distribuição destas quanto ao seu tamanho e sua localização.

Tão logo encerrada esta definição da amostragem, a fase seguinte consistiu na realização do pré-teste para a adequação do questionário a ser aplicado na pesquisa. Basicamente ocorreu com a aplicação a um representante de cada segmento, de maneira mais detalhada possível, objetivando identificar *in loco* os questionamentos que apresentavam a sua redação de forma inapropriada ou mesmo deslocada, impertinentes, repetidos ou ainda desnecessários aos objetivos proposto na pesquisa.

Buscou-se ainda identificar possíveis indagações ausentes até aquele momento, bem como adequá-lo para um tempo suficiente à sua aplicação e não torná-lo excessivamente longo, tentando assim ajustá-lo tanto quanto possível para minimizar possíveis contratempos no transcorrer de sua aplicação efetiva.

A etapa que se seguiu foi a da aplicação dos questionários propriamente dita. Em sua versão final, após as adequações realizadas com aplicação do pré-teste, os questionamentos foram aglutinados em quatro conjuntos, muito embora inúmeras destas perguntas possuam aspectos que se interpenetrem. Portanto, não há um caráter classificatório rígido quanto à sua disposição, servindo muito mais para uma finalidade meramente de organização metodológica da entrevista.

Assim, em uma primeira seção estão as inquirições quanto à trajetória do entrevistado, enquanto que as investigações quanto aos aspectos sociais e econômicos compõem a segunda e terceira seção, respectivamente, para que finalmente numa quarta e última seção, os aspectos ambientais fossem abordados.

Finalizando, convêm apontar que, para que não houvesse ruptura na dinâmica no transcorrer da entrevista, optou-se por utilizar a gravação destas como forma de não omitir ou perder alguma informação que naquele momento transparecesse desnecessária e não interessante e que poderia se constituir de relevante importância ao longo da análise dos dados, além do fato da limitada capacidade de registro da simples anotação manual num momento como este.

3.2 Procedimentos para a análise e interpretação dos dados

Após a aplicação das técnicas e utilização dos instrumentos de pesquisa, já com os dados coletados, a etapa seguinte consistiu na análise e na interpretação dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários.

Muito embora, como aponta Gil (1994), estas etapas estejam conceitualmente separadas, há sempre o estabelecimento de uma estreita relação em ambas. O processo da análise tem “[...] como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.” (GIL, 1994, p. 166), enquanto que a interpretação busca o “[...] sentido mais amplo das respostas [...]” (GIL, 1994, p. 166)”. Basicamente, as etapas percorridas nesta fase do trabalho seguem a cronologia apontada por este.

Na medida em que as respostas fornecidas para alguns dos questionamentos direcionaram a uma significativa variedade, foi necessário em algumas delas estabelecer um princípio de classificação para possibilitar seu agrupamento em um reduzido número de categorias, com a finalidade de que pudessem ser adequadamente analisadas. E ainda estabeleceu-se um conjunto de categorias que contemplaram todas as respostas obtidas ao questionário, bem como que estas não permitissem a possibilidade de classificação de uma resposta em mais de uma delas.

A etapa seguinte consistiu na codificação das respostas, o que facilitou o serviço de tabulação eletrônica dos dados no programa Excel, e posteriormente na sua apresentação em forma de gráficos. Após este procedimento, desenvolveram-se as análises estatísticas das informações contidas nas respostas, que se procedeu em dois níveis: na descrição dos dados e na avaliação das generalizações possíveis contidas nestas informações e que constituem as próximas seções.

4. A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A incorporação da dimensão ambiental do desenvolvimento surge como uma preocupação acadêmica, numa forma mais sistematizada de suas relações com as formas de produção na agricultura, num período relativamente recente da história.

Uma abordagem desta situação seria a de considerá-lo como simplesmente decorrente das crescentes e graves limitações de um modelo produtivo de utilização intensiva dos recursos naturais, que por sua vez tem sido colocado em dúvida quanto a sua possibilidade de sustentabilidade, tanto na sua dimensão espacial, como temporal. Assim, o processo de incorporação destes termos seria apreendido como resultado do padrão de desenvolvimento constituído pelo capitalismo industrial.

Já Navarro (2001) o considera que nos últimos 50 anos a “idéia” de desenvolvimento pode ser diferenciada em dois momentos distintos. Um primeiro compreende o final da Segunda Guerra Mundial até ao final da década de 1970, período marcado pelo “milagre econômico” e pela “Guerra Fria”. Há uma disseminação global do padrão de desenvolvimento ocidental num momento em que uma considerável parte das nações ainda é essencialmente agrícola e a agricultura ainda é um importante componente econômico no mundo.

Os padrões tecnológicos são impostos pelo processo que ficou conhecido como Revolução Verde, instaurando uma nova racionalidade produtiva nas famílias rurais. No

entanto, este movimento atinge de forma distinta da agricultura familiar no mundo, mercantilizando a vida social e subordinando o mundo rural à forma e estilos de vida e consumo urbanos.

Ainda segundo Navarro (2001), no Brasil o desenvolvimento rural era compreendido como um processo de transformação social e econômica, que se refletia na mudança produtiva na agricultura com o uso de novas tecnologias que intencionavam o aumento da produção e da produtividade e com isso, gerariam um aumento da renda familiar.

O segundo momento apontado por Navarro (2001) consiste no período dos anos de 1980, a partir da percepção de que as compreensões sobre o desenvolvimento, associadas com a de progresso eram demasiadamente otimistas e a constatação da impossibilidade do desenvolvimento generalizado, já preconizado por Furtado (1996).

Este período é igualmente marcado, não somente no Brasil, pelo enfraquecimento do papel do Estado e políticas econômicas de cunho neoliberal e que levaram a nova ordem globalizada da produção. A constatação do uso predatório dos recursos naturais, sobretudo da terra, associados à noção da finitude e limite destes recursos, instaura um período de incertezas e riscos e a necessidade de um uso diferenciado da noção de desenvolvimento rural.

A incorporação da qualificação de “sustentável” surge em meados dos anos 1980, e alia a necessidade de padrões ambientais em ações que promovam o desenvolvimento rural. Esta mudança é motivada sobretudo pelos grandes e impactantes acidentes ambientais que tiveram repercussão neste período. Estes fatos colaboraram na intensificação do seu poder de tornar-se um ponto na agenda de discussões.

No entanto, a incorporação da dimensão ambiental na agenda das discussões, deve consistir em não considerá-los como apenas reflexo de condições objetivas, mas como resultado de um processo dinâmico de reestruturação, num constante processo de reelaboração coletiva dos valores sociais (BOURDIEU, 1986).

Portanto, questões desta dimensão estão igualmente vinculadas a uma construção social, onde os atores e suas decisões são tomados em termos históricos para compreender sua posição (BERGER, LUCKMANN, 2008; CASTORIADIS, 2007).

Neste sentido, sua ação social e conseqüentemente as decisões dos agentes estão sempre situadas no conjunto das relações sociais, onde o seu modo de agir é resultado do processo de acumulação de sua história. Estes têm portanto, uma espécie de racionalidade, uma “lógica de ação” em suas atividades, uma motivação, derivada de “esquemas mentais” incorporados pela sua própria historicidade interiorizada e que passa a ser exteriorizado através de seus atos (BOURDIEU, 1986).

Sua ação social é assim, reflexo de uma realidade não propriamente objetiva, mas, do resultado de uma realidade criada e estruturada socialmente pela interação dos agentes que passam a construir representações coletivas do físico/social expressos como realidades coerentes e evidentes.

Problemas relativos à forma de ação humana sobre o meio ambiente, no sentido de modificá-lo e adequá-lo enquanto uma estratégia de sobrevivência, sempre existiram na medida em que “[...] tais problemas são tão reais que muitos deles eram alvo de atenção especial e de políticas específicas muito antes de a questão ambiental ter sido levantada” (JOLLIVET, 1994, p. 187).

Portanto, de forma alguma está se sugerindo que não existam problemáticas concretas, reais e objetivas, como a pobreza e a fome, ou negar a existência de fenômenos exaustivamente verificados e observados. O que se ressalta é para o fato de que esta construção social também pode se materializar objetivamente, emergindo enquanto um conjunto de idéias ou uma visão de mundo.

Pensar e refletir o desenvolvimento, sobretudo o rural, que recentemente passou a ser adjetivado de sustentável (VEIGA, 2006), é conferir-lhe uma dinâmica histórica e espacial que não pode deixar de ser ignorada. A dimensão ambiental ganha visibilidade e possibilidade de incorporação à discussão do desenvolvimento a medida em que a dualidade entre os espaços rural e urbano é igualmente superada com a incorporação uma abordagem territorial (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004).

Tomar como ponto de entrada a noção de território para investigar as relações entre questões ambientais e socioeconômicas é buscar na análise as motivações dos seus conflitos pela disputa de definição dos interesses dos agentes e que habitualmente se apresentam como contraditórios. Nesta direção é necessária a identificação de aspectos que não se situem exclusivamente em elementos culturais que facilmente encobrem as razões práticas (BOURDIEU, 1996) que direcionam o desenvolvimento diferenciado dos territórios.

4.1 Agricultores no oeste do estado de Mato Grosso.

A localidade de Pontes e Lacerda apresenta como característica o fato de se situar exclusivamente em termos geográficos inserido em uma região de fronteiras. Sua constituição resulta de um processo de migração intra-regional que se estendeu de forma mais intensiva do final da década de 1960 ao final de década de 1980 e cuja atividade produtiva rural é um elemento extremamente importante na composição e na determinação da estrutura social e econômica.

As dinâmicas com que ocorreram a partir deste movimento migratório e a trajetória de estruturação e constituição da organização social, política, cultural e econômica neste local, somente ganham inteligibilidade à medida que estes processos são tomados a partir de uma abordagem territorial, onde as relações sociais, políticas e econômicas internas e externas direcionaram sua trajetória singular, e logo, suas relações com o uso dos recursos naturais. Os limitados resultados que as formas de intervenção social tem gerado em boa medida são decorrentes do fato de que as ações de uso predatório destes são tomados isoladamente e portanto, desconsiderados em suas interconexões.

Este fato ocorre porque é igualmente corriqueiro um dualismo entre o que é compreendido como espaço urbano e rural, como se fossem excludentes um ao outro. A dificuldade ocorre sobretudo porque este último notadamente é associado a acepções de ordens demográficas ou produtivas, tal como apontado por Echeverri e Ribero (2005).

Atribuir-lhe uma noção para além das definições normativas (VEIGA, 2003; SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004), é também compreendê-lo como local de mediação das relações de poder (BOURDIEU, 1986; GERHARDT & ALMEIDA, 2005), tornando mais evidentes a forma e as motivações de como os agentes que compõem este espaço se mobilizam visando realizar seus interesses, sobretudo os tangíveis.

É neste sentido que parece ganhar significado a abordagem do tipo de relação que estes agricultores familiares em Pontes e Lacerda (MT) mantêm com o meio ambiente

para a realização da sua atividade produtiva. Sustenta-se aqui que o caráter desta relação é extensão de sua trajetória pessoal, bem como sua estrutura produtiva e social.

4.2 Aspectos do sistema produtivo e concepções ambientais dos agricultores no oeste do estado de Mato Grosso.

4.2.1 Características socioeconômicas:

Os agricultores familiares em Pontes e Lacerda que foram investigados caracterizam-se por faixa etária majoritariamente idosa, onde cerca de 78% possuem idade superior aos 51 anos.

Originários de locais de nascimento bastante diversificados, com dez origens de estados distintos, conforme pode ser observado no gráfico 1, relataram que sua principal motivação era uma superação na condição de precariedade de acesso a terra, no momento de sua migração ao Mato Grosso. Apenas um pouco mais de um terço deles informou ter sido proprietário de uma unidade produtiva em seu local de origem, e ainda assim, menor em tamanho do que a atual.

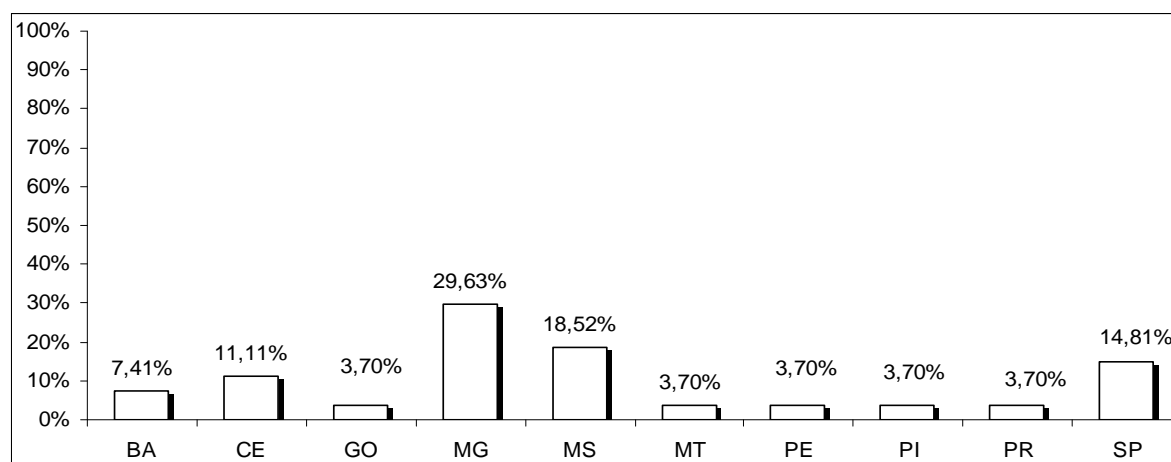


Gráfico 1: Local de nascimento dos agricultores

Fonte: Dados da pesquisa.

A sua relação com a localidade pode ser considerada bastante antiga, quase 90% deles residem nela por um período superior a vinte anos, no entanto, muito possivelmente isso resultou no baixo nível de escolaridade verificado entre eles. Cerca de 30% se declarou não-alfabetizado e um índice superior aos 90% não chegou nem mesmo a completar os quatro anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, é preciso atentar a uma outra característica vinculada ao processo migratório ocorrido nesta localidade. A sua ocupação ocorreu de forma espontânea e portanto não vinculada a nenhuma ação estatal planejada.

Assim, algumas características sociais e econômicas do processo migratório verificado neste local reproduzem o que parece ter sido uma dinâmica freqüente ao longo de quase toda a segunda metade do século XX. Alves (2005) aponta como característica deste período histórico, analisando especificamente a corrente migratória sulista, dois tipos de movimentos. Num destes, que parece ser este o caso, há predominância de um

deslocamento do migrante de uma área rural na sua região de origem para outra, no cerrado ou na região amazônica, construindo habitualmente suas moradias dentro da própria unidade de produção. Este movimento criou condições para que as antigas cidades se tornassem fornecedoras de todo tipo de necessidades oriundas desta nova dinâmica.

Quanto à caracterização da constituição familiar apresentada pelo estudo, há uma predominância entre três e cinco filhos/família. No entanto é igualmente significativo o índice de pouco mais de 22% dos entrevistados que relataram possuir 7 filhos ou mais, o que revela um quadro de famílias numerosas residindo neste espaço.

É perceptível também o aspecto de que a atividade produtiva não pode ser reduzida a sua esfera econômica, na medida em que se percebe a importância que as redes de laços familiares ou sociais tiveram, sobretudo para no momento da sua migração à localidade. Apenas cerca de 15% dos agricultores relatou ter migrado de forma isolada, enquanto cerca de dois terços deles migraram juntamente com toda a família. Estes componentes sociais ganham ainda mais relevância e visibilidade à medida que a quase totalidade deles informou ter tido algum tipo de parente ou amigo na localidade a época de sua migração.

Quanto aos aspectos sanitários, novamente quase todos, 96,3% deles ainda se utilizavam para o abastecimento residencial de água procedente de poço cavado, no entanto, sem qualquer tipo de tratamento sanitário. Outro aspecto importante verificado e relacionado a este, é o destino do esgoto cloacal doméstico, que apontou que 81,48% deles o remetiam à fossa séptica, 14,81% à latrina, do tipo casinha e outros 3,70% o direcionavam direto no rio ou riacho.

4.2.2 Características ambientais:

Quanto às evidências que caracterizam a relação que estes agricultores estabelecem com o meio ambiente, elas retratam um migrante que ao chegar à esta localidade recebeu uma área praticamente intacta em termos de cobertura florestal. Efetuou sua abertura em um prazo predominantemente inferior aos 10 anos.

Este movimento de abertura da unidade produtiva, levou a uma situação em que atualmente nenhuma delas possui uma área de reserva florestal superior a um terço de sua tamanho total. E ainda, outros 22,22% dos entrevistados relataram não possuir nenhuma cobertura deste tipo, o que por si só demonstra uma utilização intensiva do espaço.

A possível relação entre esta sobre-exploração da unidade produtiva e a conseqüente redução da cobertura florestal a fatores como o reduzido tamanho dela e uma constituição familiar numerosa parecem ser pistas a serem consideradas para a compreensão do fenômeno.

A percepção das razões e sobretudo das conseqüências deste tipo de uso da terra, remetem a uma posição de distanciamento do agricultor nesta relação.

A quase totalidade deles narra ter percebido algum tipo de alteração ambiental desde a sua chegada à localidade. Consegue igualmente estabelecer uma explícita relação associativa ao processo de desmatamento como sendo a principal razão da mudança, fato este, relatado por 65% dos entrevistados. No obstante a isso, igualmente chamam a atenção os significativos índices verificados daqueles que alegaram não saber identificar quaisquer

motivação que levou a estas alterações do meio físico, chegando a ser verificado em um terço dos entrevistados.

Em outros termos, eles não associam a sua atividade produtiva a eventuais problemas ocasionados sobre os ambientes físicos. Esta interpretação ganha significado a medida que se verifica uma expressiva qualificação positiva quanto as mudanças ambientais ocorridas ao longo dos anos. Apenas 13% dos entrevistados julgaram haver apenas aspectos negativos a partir das alterações ocorrida sobre o meio natural e quase 40% avaliaram estas mudanças como geradoras de aspectos exclusivamente positivos. Os demais, quase metade deles, se situaram na condição de não saber avaliar as conseqüências dos fenômenos, conforme fica evidenciado no gráfico 2.

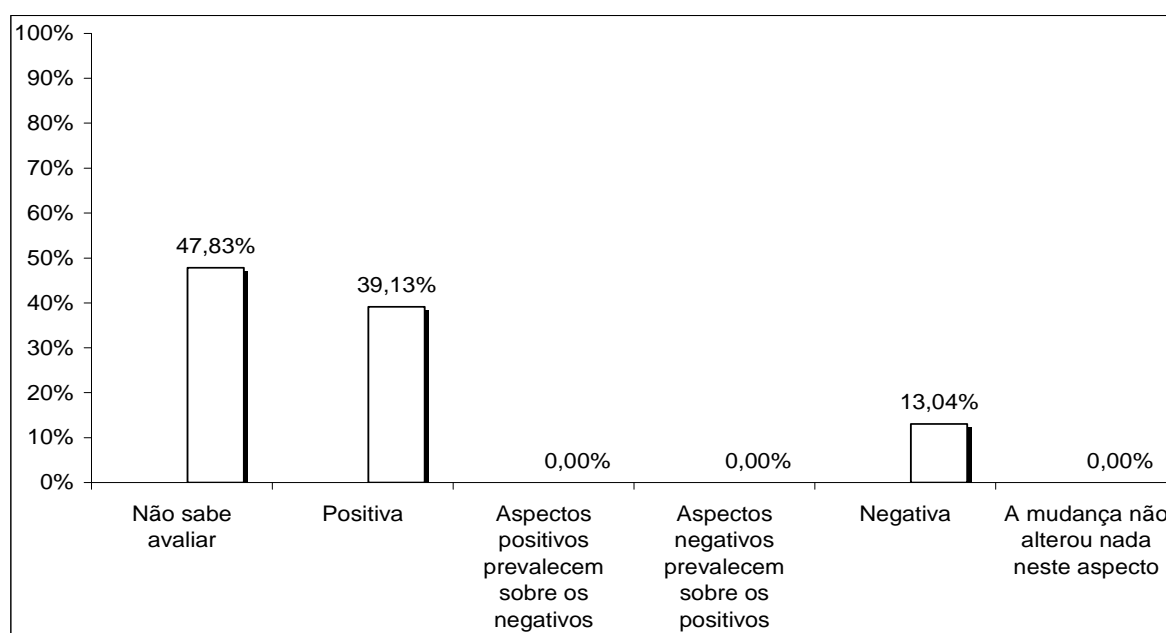


Gráfico 2: Avaliação das mudanças ambientais percebidas pelos agricultores
Fonte: Dados da pesquisa

A investigação indicou que as alterações percebidas ao longo deste período estão situadas na associação estabelecida pelo agricultor entre o desmatamento e uma disponibilidade hídrica substancialmente maior nos poços e nos riachos para as atividades domésticas e produtivas, o que remete a uma condição em que estas modificações são percebidas como externalidades ao sistema produtivo.

Assim, o conjunto de alterações ambientais e do meio físico não são compreendidos como problemas ou fenômenos que possam de alguma forma ter uma conotação de obstáculo. A relação estabelecida é justamente oposta, ou seja, os agricultores julgam que sem estas alterações ocorridas sobre o ambiente físico a sua atividade produtiva nestes locais, ou estaria inviabilizada, ou no mínimo extremamente dificultada.

Assim, o quadro retrata um agricultor que chega na condição de migrante e ocupa uma área com a cobertura florestal praticamente ilesa, que recorre ao desmatamento e utiliza o recurso da queimada, ao menos neste momento, para a abertura e introdução da sua atividade produtiva, num período inferior aos dez anos iniciais após a sua chegada à

unidade produtiva, percebe que esta dinâmica de modificação sobre o ambiente físico acarreta mudanças ambientais ao longo do tempo, mas não a identifica como sendo um problema.

A pesquisa também identificou que a percepção destas ações como sendo um problema ambiental, ou ainda mais pontualmente, a processos de degradação ambiental, não são percebidas como tais por estes agricultores. A identificação do que se apresenta como um problema ambiental para eles, pode ser relacionado a fenômenos de desequilíbrios socioambientais e não raro, a solução é buscada exogenamente ao seu sistema produtivo.

Assim, o sentido atribuído às ações do desmatamento e das queimadas, a uma qualificação de um problema ambiental ou a processos identificados como sendo de degradação ambiental, é em grande medida resultado dos argumentos discursivos utilizados para tal (HANNIGAN, 2000).

Neste sentido, os fenômenos do desmatamento e das queimadas emergem a estes agricultores com a identificação de uma demanda da sociedade que habita os espaços notadamente urbanos sobre os territórios rurais. Por outro lado, a ação de qualificação da degradação ambiental é assumida como sendo uma resposta a uma problemática gerada pela atividade agrícola e portanto, vinculando-os.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pouca eficiência que políticas de intervenção social sobretudo no espaço rural, é resultado de uma visão marcadamente homogeneizante e redutora de uma realidade que intrinsecamente é multidimensional. Não considera o território e sua trajetória, as articulações de suas relações internas e externas e sobretudo são elaboradas sem a participação e o envolvimento de seus agentes sociais.

Nem tampouco consideram que o anseio pela produção cada vez mais intensiva de produtos agrícolas a custos proporcionalmente menores ou a intenção em manter estes indivíduos no espaço rural, onde seu pleito por serviços sociais é muito menor, é uma demanda urbana e não identificada com estes agricultores.

É com este sentido que as questões ambientais e suas relações com as ações produtivas dos agricultores familiares no oeste do estado de Mato Grosso precisam ser compreendidas. Estes precisam ser compreendidos a partir de sua lógica de ação, de sua intencionalidade que é própria e derivada de “esquemas mentais” exteriorizados pelos seus atos produtivos.

Desconsiderar as motivações que orientam as escolhas, os valores e as atitudes e visões de mundo de indivíduos, em sociedades marcadamente tão distintas, na busca de uma qualidade de vida melhor, segundo as verdades que lhes são próprias, parece restringir a complexidade da análise que a temática requer.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Raphael Lorenzeto. **Map of MatoGrosso State**. San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, April 2006. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:MatoGrosso_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 15 mar. 2009.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 247 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 313 p.

———. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. 231 p.

BRASIL, **Lei n. 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8629.htm>. Acesso em: 31 jan 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 418 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

ECHEVERRI, Rafael; RIBERO, Maria Pilar. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2005. 195 p.

FERREIRA, Maria Saleti Ferrez Dias. **Mato Grosso**: impacto ambiental na área de abrangência da BR-364. Brasília : CNPq, 1989. 40 p.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996. 89 p.

GERHARDT, Cleyton Henrique; ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 53-83, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

HANNIGAN, John A. A construção social dos problemas sociais. In: HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. p. 47-78

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 2 fev. 2009.

_____. **Sidra@**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=4&i=P>. Acesso em: 5 fev. 2009.

JOLLIVET, Marcel & PAVÉ, Alain. O meio ambiente: um campo de pesquisa em formação. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, PB, ano 15, n. 12, p. 3-13, jan. 1996.

JOLLIVET, Marcel. Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, p. 183-198, 1994. Número especial.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 296 p.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, v.15 n. 43, São Paulo, set./dez. 2001. p. 83-100.

SAUTU, Ruth *et al.*. La construcción del marco teórico en la investigación social. In: **MANUAL de metodologia**: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 29-81. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/metodo/RSCapitulo%201.pdf> Acesso em: 29 jan. 2009

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Ivan Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 99-117, jan./dez. 2004.

SILVA, Paulo Pitanga Costa e; FERREIRA, João Carlos Vicente. **Breve História de Mato Grosso e de seus municípios**. Cuiabá: s.n. 1994.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. 272 p.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

———. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 226 p.

WAQUIL, Paulo Daddab *et al.*. Pobreza Rural e Degradação Ambiental: uma Refutação da Hipótese do Círculo Vicioso. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, p. 317-340, 2004.